



POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

SIMONE OLIVEIRA CUNHA; RITA DE CÁSSIA DA SILVA ALVES; LORRANY LIMA RIBEIRO; FÁBIA COIMBRA RAMOS

Introdução: O fator social possui relação direta com a qualidade de vida da gestante. A prevenção à mortalidade infantil, a acessibilidade aos exames e a identificação de patologias são marcos da assistência pública pré-natal. **Objetivo:** Analisar as contribuições da política pública de assistência pré-natal no Brasil. **Materiais e Métodos:** O estudo consiste em uma revisão bibliográfica conduzida através de pesquisa nas bases de dados CAPES, BVS, SCIELO, tendo como descritores “Políticas Públicas”, “Pré-Natal” e “Brasil”, mediante o uso do operador booleano “AND”, sendo utilizados como critério de inclusão somente trabalhos no formato artigo científico, disponíveis na íntegra e publicados nos últimos cinco anos. **Resultados:** Elegeu-se 05 artigos para a amostra do estudo. A partir da leitura minuciosa dos artigos eleitos, foram elencadas três categorias analíticas: prevenção, óbito infantil e assistência nutricional. As políticas públicas de pré-natal buscam assegurar a formação e desenvolvimento saudável do feto, favorecendo a detecção precoce de patologias e a adoção das medidas adequadas. Com o advento da implantação da política Rede Cegonha, a saúde materno-infantil passou a ser mais enfatizada, sendo estruturadas políticas públicas voltadas à promoção em saúde e prevenção de agravos nesse âmbito. Ressalta-se que os casos de óbito neonatal têm como principal preditor alguma intercorrência, devido a presença de fatores de risco gestacional que interferem diretamente na saúde materno-infantil, logo, o direcionamento advindo das políticas públicas é imprescindível para o comportamento preventivo das famílias, levando em consideração que, quando aliadas aos programas de atenção à saúde das macrorregiões brasileiras, contribuem para redução de danos materno-infantis. As políticas públicas também podem contribuir para uma melhor assistência nutricional das gestantes no que concerne à reformulação do programa de suplementação alimentar de gestante e treinamento das equipes de saúde, sendo seu aprimoramento fundamental para a redução dos óbitos infantis. **Conclusão:** Observa-se, que a atenção às políticas públicas de pré-natal é imprescindível para assegurar a formação e desenvolvimento saudável do feto, bem como a qualidade de vida da gestante. Diante disso, é notório a contribuição das políticas de pré-natal na prevenção e promoção de saúde materno-infantil, a qual está ligada diretamente às condições socioeconômicas e ambientais.

Palavras-chave: Políticas públicas, Pré-natal, Brasil, Materno-infantil, Saúde.